

RELATÓRIO DE OFICINA: "PLANO DE AÇÃO E DIVULGAÇÃO DO GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA – 2015"

Por: Islany Alencar e Elaine Pasquim



GUIA ALIMENTAR
PARA A POPULAÇÃO
BRASILEIRA



FIOCRUZ – Brasília/DF

13.08.2015

RELATÓRIO REUNIÃO GUIA ALIMENTAR EM 13.08.2015

Local:

Fiocruz (UNB)-Brasília (DF)

Objetivo:

- Debate (o que é comida de verdade?)
- Apresentar o Guia;
- Refletir sobre as ações propostas no Plano de Ação, a partir dos movimentos sociais*;

Estiveram presentes:

Simone Lessa – Coordenação da CGAN;

Zaíra – CISAM e Associação Brasileira de Nutrição

Luciana - IBFAN Brasil (Osasco)

Paula – Pastoral da Criança

Laura- Instituto Alana

Gabriela – Instituto aKatu

Raquel – Rede Brasileira de Infância e Consumo

Ifran, Hugo, Ivanette (Brasília) – Associação Anjalhaço (papel do palhaço em hospital e comunidades)

Suely (Cuiabá)– Aneps e comitê nacional de EPS

Jorge (Azul) – Comitê de EPS

Luciana Maria – Anepop

Maria da penha – Políticas e programas do Ministério

Aline- coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN)

Ana Paula - Pesquisadora do Idep

Carolina – ASBRAN

Gisele e Ana – Ministério na CGAN

Gabriela – Trabalha com cultura alimentar – GT de educação do SLOW FOOD

Etel – Fiocruz

Elaine e Islany - Redepop

*Enquanto participação de movimentos sociais foi visto pouca representação dos movimentos, principalmente que discutem o tema

da agricultura familiar e da segurança alimentar e nutricional, faltou mais articulação.

Metodologia:

Oficina de trabalho sobre:

- O que pode ser aprimorado no Plano de Ação?(*este item não foi abordado por orientação da CGAN, pois teriam previamente identificado nas oficinas anteriores que o material não estaria bom);
- Como vocês (e suas instituições/ movimentos) podem ajudar a divulgar e implementar o Guia?

Relato da reunião:

Inicialmente a coordenadora da CGAN/MS fez uma introdução em que informou estarem realizando um conjunto de oficinas envolvendo, separadamente: Ministério da Saúde, FAO/OPAS, Sistema S, Ministérios, Universidades. E que este momento seria de aproximação entre o Ministério da Saúde e Movimentos Sociais, e que pretendiam apoiar as iniciativas de divulgação/ implementação do Guia realizada pelos parceiros, incluindo movimentos sociais.

Ocorreu uma breve apresentação dos participantes, e foi exibido um vídeo do Canal do Youtube Porta dos Fundos, intitulado Nutrição, posteriormente foi feita a pergunta geradora “O que é comida de verdade?”.

Abriu-se ao **debate sobre o que seria comida saudável**. Neste momento, foram colocadas algumas falas em que comida de verdade seria: comida que vem da natureza; arroz com feijão; mandioca, milho; livre de agrotóxicos; relacionada à cultura; livre de transgênicos; o que temos acesso e o que deveria estar comendo e não se está (perdas em relação ao passado alimentar); comida feita por quem se ama, comida da mãe, avó, pais; comida que se tem no prato; para crianças, muitas incluíam industrializados como comida de verdade; a que alimenta; a que mata minha fome; a que me faz bem; gostosa; alimento bom, limpo e justo; que não tem publicidade; que sustenta.

Após esse momento foi apresentado o Guia Alimentar para a População Brasileira, no qual foi explicado que o guia está considerando além dos alimentos, também atitudes/comportamentos e ambiente. E para além dos nutrientes, considerando os alimentos em si, e suas combinações, relacionadas ao modo de comer, à dimensão cultural e social. Além disto, o Guia reflete o tempo de aumento da obesidade e sobrepeso, com o aumento do consumo de ultraprocessados, segundo a POF.

Como objetivo ele busca promover a alimentação saudável, acelerar o declínio da desnutrição e reverter o aumento da obesidade. Para tanto, considera as etapas do sistema alimentar (produção, processamento, distribuição, acesso, consumo). Procura ainda aumentar a autonomia para escolhas alimentares e dialogar sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. Apresentou-se a divisão do Guia sobre alimentos conforme indústria de alimentos em: (1) alimento in natura ou minimamente processado; (2) alimento processado (com adição de sal, açúcar ou gordura); (3) alimento ultra-processado (com aditivos químicos). Ocorreram discussões polêmicas com relação a esse assunto.

Os participantes questionaram algumas questões como o pão francês, o leite de vaca, os orgânicos e transgênicos, e alimentação tradicional de terreiro para os quais apresentaram dúvidas. Uma das nutricionistas participantes da reunião relatou ter apresentado dificuldade na abordagem do Guia com seus pacientes. De modo que foi esclarecido posteriormente que o pão francês apenas é considerado in natura se não for feito de massa pronta; o leite de vaca é considerado processado ou ultraprocessado, pois passa pelo processo de pasteurização. Outro ponto destacado foi com relação aos orgânicos, que quando não são de agricultura de base agroecológica, podem estimular a monocultura, e o sistema alimentar não justo. Ainda, alguns alimentos *in natura* podem ser transgênicos.

Diferenciou-se ainda alimentos processados de preparação culinária. Esta última é aquela feita em casa, podendo ser saudável ou não, dependendo do modo de preparo e da quantidade de sal, açúcar e gordura adicionados.

Enquanto aspectos culturais foram discutidos sobre a alimentação saudável dos povos de terreiro, que envolve banha de porco, apesar de ser in natura, e sacrifício de galinhas, destacando que no guia deve-se ter cuidado na

forma de transmitir os assuntos e de sempre respeitar às tradições. Após essas discussões, foi possível perceber que a aplicação prática do conteúdo do Guia não é simples e requer apropriação do tema para difundir.

Em um segundo momento, separou-se os participantes em dois grupos que deveriam discutir e por fim apresentar **como os movimentos sociais presentes poderiam contribuir para a divulgação/ implementação do Guia?**

O **grupo 1** apresentou algumas ações por movimento. A ASBRAN faria divulgação na equipe interna e nas filiadadas; editorial da Revista RASBRAN; divulgação no portal; Pro-nutri – capacitação sobre educação alimentar; divulgação no Conbran; elaboração de material educativo; parceria com Ministério da Saúde e outras instituições; portaria em acordo com o Guia.

CIAN/ CNS: pautar na plenária da CIAN; consolidado da Oficina; discutir na 15ª Conferência de Saúde.

Slow Food Brasil se propôs a incluir em campanhas publicitárias/ site; parceria com Ministério da Saúde; usar o guia como referência para GT sobre projeto de educação alimentar; usar em oficinas com crianças, pais e educadores nas escolas.

A Pastoral da Criança informou a possibilidade de divulgar via redes sociais; trabalhar em eventos com temas específicos; divulgar em revistas e boletins; aplicativos de celular; rádio; carro de som; alto-falantes; divulgar em vídeo dos 10 passos e materiais; divulgação no museu da vida.

IBFAM faria oficina para membros relacionando ao aleitamento materno/ amamentação e alimentação complementar; usar posts com grupos de mães e profissionais; além de preparo de papinhas.

A REBRINC se propôs a divulgar em seus grupos ativos nos encontros dos membros da rede, divulgar nas redes; trabalhar com professores e educadores.

O Instituto ALANA se propôs a fortalecer a utilização do Guia, divulgar em redes sociais; replicar notícias sobre o Guia; divulgar em parceria com a REBRINC e Ministério da Saúde.

O **grupo 2** entendeu que haveriam duas solicitações: (1) Ações de implementação – Ação; (2) Divulgação – informação. Para tanto, deveria haver um Espaço para as ações de troca, divulgação, engajamento, articulação.

Identificou-se que muitas ações já existem (projetos – formação, extensão, parcerias, práticas); eventos; rede de profissionais; lideranças comunitárias. Questionou-se quanto a apoio para produção de materiais; recursos; adaptação de conteúdo. Em que o Ministério informou não poder enviar exemplares por limite orçamentário. Concretamente, como fazer, portanto, foi relacionado às ações já realizadas pelos movimentos.

No caso da Educação Popular, em âmbito regional, o Guia poderia ser apresentado em nível de grupos locais de Educação Popular em Saúde, nos diversos eventos de participação dos grupos diversos, no Comitê de Educação Popular e Saúde, além de rodas de conversa e diálogo para discutir o Guia, em âmbito local e demais eventos como Conferência de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselhos municipais e estaduais de saúde. Ainda, acrescentou-se a possibilidade de propor a abordagem do Guia em um dos vídeos da “Série SUS”. Na universidade, incluir a temática na extensão e em disciplinas, buscando o diálogo e a formação de redes. Na educação, deveria envolver ensino, pesquisa e extensão, incluindo educação permanente e a distância. Além disso, envolver outros profissionais que não apenas nutricionistas, mas outros atores sociais.

Os representantes do Grupo Anjalhaços informaram serem poucos e que agiam por demanda, e se propuseram a fazer oficinas culinárias e mostrar o vídeo sobre o Guia elaborado pelo Senado, para seu público.

O IDEC informou ter elaborado o folder sobre orgânicos.

AKATU informou realizar ações de consumo consciente como proposta dentro de um sistema sustentável em escolas, especialmente de SP, em que poderiam abordar por lideranças locais a temática do consumo alimentar.

Sugeriu-se ainda que o Ministério da Saúde utilize o Canal Saúde, Cozinhando política (compras institucionais) e o site Ideias na Mesa para divulgações.

Assim, as ações deveriam ser realizadas em âmbito macro (políticas públicas) e micro (regional, por líderes locais e comunidade).

Por fim, o evento foi finalizado com palavras dos participantes quanto ao evento. E como encaminhamento solicitou ao Ministério que pensasse na possibilidade de, em um momento posterior, reunir os diferentes atores dessa oficina, de modo que os movimentos sociais pudessem dialogar com outras instituições como universidades e ministérios a fim de que possam facilitar a articulação de ações conjuntas. Solicitou-se, também, que a educação popular seja prevista como estratégia, além da educação permanente dentro do Guia.